

Plano de Ensino

Curso: APM - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Gestão de Organizações do Terceiro Setor		
Código: 62GESTS	Carga horária: 72	Período letivo: 2022/2
Professor: JORGE BRAUN NETO		Contato: brauneto@gmail.com

Ementa

Delimitação do campo teórico e prático do terceiro setor no Brasil. Gestão das organizações do Terceiro Setor - diferentes formas organizacionais e suas articulações com as políticas públicas e a coprodução dos serviços públicos. Particularidades da gestão em organizações do terceiro setor: a interface entre as dimensões social, econômica e política. O empreendedorismo social (coletivo e institucional). O processo de planejamento e a gestão de projetos. A sustentabilidade das organizações. O marketing social e a comunicação. A gestão de pessoas e o voluntariado. A interface entre as organizações do terceiro setor, o Estado e o mercado na coprodução dos serviços públicos. Papel das redes e novos arranjos institucionais. Experiências.

Objetivo geral

Compreender a atuação da sociedade civil organizada na esfera pública, a partir de uma perspectiva pluralista e de governança pública, enfatizando suas relações com o Estado e o mercado.

Objetivo específico

- Explorar a trajetória histórica da sociedade civil organizada no Brasil e as diferentes matrizes que se formaram em torno do seu significado;
- Compreender o conceito de sociedade civil e o seu papel nas políticas públicas;
- Conhecer a legislação, as diferentes formas organizacionais, qualificações, o campo, natureza e atividades da sociedade civil organizada no Brasil;
- Discutir a configuração atual dos campos profissional e científico da sociedade civil organizada no Brasil e no mundo;
- Discutir as interfaces da sociedade civil com o Estado e o mercado, relacionando-o com a democracia participativa, governança pública, coprodução do bem público e inovação social;
- Compreender o processo de desenvolvimento institucional em organizações da sociedade civil, levando em consideração os principais aspectos de sua gestão, governança e sustentabilidade.

Conteúdo programático

Introdução ao conceito de sociedade civil: origem, histórico, definições, papéis e ação pública

O campo da práxis: diferentes formas organizacionais

O campo científico: as principais correntes teóricas e os autores representativos

A sociedade civil e a sua interface com o Estado e os marcos legais

A sociedade civil e a sua interface com o mercado e a economia Unidade

Plano de Ensino

Das políticas públicas à ação pública: sociedade civil e inovação social na esfera pública

Sociedade civil: um campo de atuação diverso (profissional, voluntário, ativismo)

Governança e formas alternativas de organizar

Sustentabilidade e mobilização de recursos

Metodologia

O conteúdo será apresentado através de aulas expositivas/dialogadas, orientação, elaboração e apresentação de trabalhos de pesquisa bibliográfica e troca de experiências entre os participantes. Serão utilizados vídeos e outros instrumentos didático-pedagógicos que visam facilitar o entendimento e envolvimento dos alunos. Serão realizados seminários e palestras em sala de aula.

Sistema de avaliação

A avaliação será formada por notas parciais que procuram avaliar o nível de compreensão e o discernimento dos alunos em relação aos temas ministrados em aula.

A composição da nota final será calculada da seguinte forma:

- 01 prova individual - 20%;
- Trabalho da disciplina - 50%;
- Atividade em sala e participação nos trabalhos propostos - 20%
- Atividade de consolidação - 10%

Bibliografia básica

- ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil organizada no Brasil. Revista Venezolana de Economia Social, 4 (7), Dezembro, 2004, p. 7-24.
- ANDION, C., RONCONI, L., MORAES, R. L., GONSALVES, A. K. R.; SERAFIM, L. B. D. S. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: por uma perspectiva pragmática. Revista de Administração Pública. 51 (3), p.369-387.
- ANDION, C; ALPERSTEDT, G; GRAEFF, J. Ecosistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis Revista de Administração Pública Rio de Janeiro 54(1):x-xx, jan- fev, 2020
- ARMANI, D. Mobilizar para Transformar. A mobilização de recursos nas organizações da Sociedade Civil. São Paulo: Peirópolis, 2008.
- AVRITZER, L. Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. Opinião pública. V. 18 no 2 nov 2012 p. 383398.
- BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos 47(1):3-14, janeiro/abril 2011.
- BOULLOSA, R. F. (Org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.
- CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo, Coimbra: Almedina, CES, 2009
- LOPES, L; SANTOS, B; XAVIER, I. (Org.). Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. A construção da agenda no governo federal - 2011 a 2014. Brasília: Governo Federal, 2014.
- LOVATO, F.; PAULA e SILVA, A. L. (Org.) Coleção Caminhos para o desenvolvimento de Organizações da Sociedade Civil. Instituto Fonte, 2012. Disponível em: <http://www.institutofonte.org.br/node/1153>.
- NOGUEIRA, M.A. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAULA e SILVA, A. L. Utilizando o Planejamento como Ferramenta de Aprendizagem. São Paulo: Global, 2003.
- PIRES, R.; VAZ, A. Participação social como método de governo? Um mapeamento das " interfaces socioestatais" nos programas federais. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. SHEIN, E. Princípios da consultoria de processos. Para construir relações que transformam. São Paulo: Peirópolis, 2008.

Plano de Ensino

SZAZI, E. Terceiro Setor Regulação no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2006.

Bibliografia complementar

ANDION, C. A Gestão no Campo da Economia Solidária. In: Revista de Administração Contemporânea. Rio de Janeiro: ANPAD, 2005.

ANDION, C., Atuação das ONGs nas Dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina. Os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Tese de Doutorado. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2007.

ARATO, A. Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 27, ano 10, fevereiro de 1995.

ARMANI, D. (Org.) Organizações da Sociedade Civil: Protagonismo e Sustentabilidade. Barueri: Instituto C&A, 2013.

CANÇADO, Ailton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Cadernos Ebape. br, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

DA MATTA, R. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In DAGNINO, E. (org). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARTINHO, C.; FELIX, C. (Org.). Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

MISOCZKY, M. C. A.; SILVA, J. M; FLORES, R. K. Autogestão e Práticas Organizacionais Horizontalizadas: Amplificando Sinais. ENEO, 2008.

SANTOS, B.S.S A reinvenção solidária e participativa do Estado. Oficina do Centro de Estudos Sociais. Coimbra: CES, No 134, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Das Mobilizações às Redes de Movimento Sociais. Sociedade e Estado. Brasília: v. 21, no 1 p. 109-130.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 039/2015 - CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

O acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, ou por seu representante legal, entregue na Secretaria de Ensino de Graduação e/ou Secretaria do Departamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

- I - problema de saúde do aluno ou parente de 1º grau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
- II - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;
- III - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
- IV - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 5(cinco) dias úteis após o óbito;
- V - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
- VI - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;
- VII - direitos outorgados por lei;
- VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;
- IX ? convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;
- X ? convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato.

Parágrafo único - O requerimento deverá explicitar a razão que impediu o acadêmico de realizar a avaliação.